

Apontamentos sobre o conceito de qualidade de vida: revisões, cruzamentos e possibilidades críticas

Notes on the concept of quality of life: review, intersections and critical possibilities

Frederico de Mello Brandão Tavares
Universidade Tuiuti do Paraná – UTP – Curitiba – Brasil
fredericombtavares@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende realizar uma abordagem interdisciplinar sobre o conceito de Qualidade de Vida (QV). Por meio de uma revisão bibliográfica que cruza autores que têm tratado da temática, busca-se construir um apanhado histórico e teórico que trate dos fundamentos da noção de QV, assim como de sua relação com a questão do bem-estar e suas concepções presentificadas na vida social. O percurso do texto orienta-se pela caracterização da multidimensionalidade do conceito e pela inserção deste em distintas áreas do saber, levando-se em conta sua constante e necessária contextualização. Neste caminho, debate-se sobre os sentidos terminológicos e científicos da QV, alcançando-se, por fim, criticamente, uma relação do conceito com a gênese e a formatação de discursos contemporâneos sobre simplicidade e felicidade.

Palavras-chave: qualidade de vida, multidimensionalidade, simplicidade, felicidade.

Abstract

This article intends to undertake a conceptual approach on the quality of life. Through an interdisciplinary literature review, we seek to build a historical and theoretical set that could encompass this notion as well as its relation to the issue of welfare and their views present in social life. The route of the text is guided by the characterization of a multidimensionality concept and its inclusion in different knowledge fields, taking into account its constant and necessary contextualization. In this way, it is possible to discuss about the scientific and terminological meanings of quality of life, finally reaching – from a critical way – a relation between the concept and the genesis and shaping of contemporary discourses about simplicity and happiness.

Keywords: quality of life, multidimensionality, simplicity, happiness.

1. O conceito de qualidade de vida: surgimento e questões

‘Qualidade de vida’ vem se tornando, dia a dia, tema de inquietação para o homem ocupado com os problemas da sociedade industrial e tecnológica, e para o homem da rua que vive o cotidiano de nossas grandes aglomerações urbanas. Inquieta, também, os chamados profetas da chamada ‘civilização do lazer’, aguardada para quando a produção de bens e serviços puder ceder mais tempo às atividades suplementares, que são úteis e o homem aprecia fazer (COIMBRA, 1972, p. 21).

As palavras acima, de um artigo do início da década de 1970, sintetizam, de alguma forma, uma importante questão: falar da Qualidade de Vida (QV) como conceito traz uma exigência dupla. Pelo trecho, a) coloca-se a necessidade do reconhecimento da multidisciplinaridade do conceito de QV e b) da relação deste com um contexto histórico específico.

O termo QV foi mencionado pela primeira vez em 1920, em um livro sobre bem-estar e economia. Nesta publicação, norte-americana, havia a preocupação em relação ao suporte governamental às pessoas de classes sociais menos favorecidas e como tal suporte afetava a vida dos cidadãos e o orçamento do Estado¹.

Após essa primeira menção, o termo ficou ‘esquecido’ por algumas décadas, sendo retomado pelo presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson em 1964. Na verdade, no pós Segunda Guerra Mundial, o termo foi utilizado com certa frequência, ligando-se de novo às políticas públicas que visavam à “[...] melhoria do padrão de vida, principalmente relacionado com a obtenção de bens materiais, como casa própria, carro, salário, e bens adquiridos” (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007, p. 14). Por este motivo, outros autores chegam a afirmar o surgimento do termo a esse período, também relacionando-o a questões econômicas e materiais e o ao papel do Estado frente aos problemas sociais relacionados a esse contexto.

Santos e Martins (2002) indicam o nascimento do conceito nos anos 1960, ligando-o a uma corrente de viés economicista que analisava o crescimento econômico das sociedades através da evolução de seu Produto Interno Bruto (PIB). Segundo os autores, na época, questionava-se tal indicador (o PIB) quanto a sua capacidade em contemplar diversos aspectos fundamentais “[...] que permitissem analisar o desenvolvimento de uma sociedade”. No que diz respeito à intervenção do Estado no funcionamento da sociedade, “[...] colocava-se a questão da identificação das principais áreas que careciam de intervenção pública e das medidas que permitissem aferir das consequências das diversas ações empreendidas no sentido de colmatar as deficiências detectadas” (SANTOS; MARTINS; 2002, p. 3). Nesse contexto, a ideia de QV aparece para dar conta, por meio de ‘novos’ instrumentos de análise, de “[...] outras questões tão decisivas como as da desigualdade na distribuição da riqueza produzida, do grau de satisfação das necessidades básicas da população, do nível de bem-estar global” (SANTOS; MARTINS; 2002, p. 3).

Gómez-Vela e Sabeh (2000, p. 6) também discutem essa relação do surgimento do conceito com o contexto da época, situando o ambiente teórico que marcou sua aparição e posterior desenvolvimento:

En un primer momento, la expresión Calidad de Vida aparece en los debates públicos en torno al medio ambiente y al deterioro de las condiciones de vida urbana. Durante la década de los 50 y a comienzos de los 60, el creciente interés por conocer el bienestar humano y la preocupación por las consecuencias de la industrialización de la sociedad hacen surgir la necesidad de medir esta realidad a través de datos objetivos, y desde las Ciencias Sociales se inicia el desarrollo de los indicadores sociales, estadísticos que permiten medir datos y hechos vinculados al bienestar social de una población. Estos indicadores tuvieron su propia evolución siendo en un primer momento referencia de las condiciones objetivas, de tipo económico y social, para en un segundo momento contemplar elementos subjetivos.

Com o passar dos anos, a noção de QV foi sendo ampliada, significando, além de crescimento econômico, o desenvolvimento social (melhorias nos padrões educacionais, de saúde, lazer, entre outros). Coincide com o período compreendido entre os anos 1970 e 1980 a consolidação e amadurecimento das pesquisas voltadas para os indicadores da QV a partir das estatísticas sociais. Nas últimas décadas, tem-se associado o conceito a visões mais subjetivas, com a valorização de fatores relacionados a satisfação pessoal, relacionamentos e posturas ligadas a

¹ Como aponta Chacón: “Sin embargo, no se puede olvidar que la investigación de indicadores sociales comenzó entre los años 20 y 30 en los Estados Unidos, por merito de William Ogburn quien hizo varias publicaciones en ‘*America Journal of Sociology*’ entre 1928 y 1942, particularmente en 1933 en los Comites presidenciales sobre las tendencias sociales (instituto del presidente. Clark Hoover y directamente del mismo Ogburn) con el titulo ‘*Tendencias sociales recientes de los Estados Unidos*’, que ha constituido un verdadero modelo de referencia para los estudios sociales” (CHACÓN, 1998, p. 2).

sentimentos e comportamentos (solidariedade, liberdade, autoconfiança, autoestima, entre outros). Há, pois, historicamente, na constituição do conceito de QV, uma transição e uma mescla entre aspectos objetivos e subjetivos², o que será decisivo na maneira como as áreas científicas e/ou instituições lidam com o assunto, permitindo pensar sobre ele de forma ‘holística’³.

Além dessa abordagem que interliga aspectos objetivos e subjetivos, outras duas podem ser lembradas (SANTOS; MARTINS, 2002). Uma primeira, relacionada com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da QV. E uma segunda, relacionada com os aspectos individuais e coletivos. Segundo Santos e Martins (2002, p. 3), “[...] os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas, como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja, aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural”. Como lembram os autores, historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, essas questões materiais eram decisivas ou pelo menos estavam no centro das discussões sobre a QV; já hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao patrimônio cultural, ao bem-estar, tornaram-se centrais⁴.

No que diz respeito aos aspectos individuais e aos coletivos, pode-se sintetizar: as componentes individuais estão “[...] mais relacionadas com a condição econômica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais” (SANTOS; MARTINS, 2002, p. 3), e as componentes coletivas mais diretamente “[...] relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos” (SANTOS; MARTINS, 2002, p. 4).

O que vale dizer é que as três perspectivas (objetiva e subjetiva; material e imaterial; individual e coletiva) – com destaque para o uso corrente da primeira – não são excludentes, interligando-se e servindo de base para a complexificação de uma série de problemáticas que permeiam os estudos sobre a QV nos mais diferentes setores. “Os principais contributos teóricos para a abordagem da qualidade de vida reflectem precisamente essa interdependência, conjugando os diversos níveis de análise referidos” (SANTOS; MARTINS, 2002, p. 4).

Sob essa visão, fica exposta tanto a diversidade de aspectos que envolvem o tema, como a dificuldade em se criar parâmetros para defini-lo. Pode-se dizer, por exemplo, que apesar de uma ‘evolução’ em relação ao ponto de vista econômico para se tratar a temática, a relação do bem-estar com a aquisição de bens materiais e com comportamentos de consumo não se perdeu. Além disso, os níveis de satisfação (vista como percepção subjetiva das condições de vida – materiais e imateriais) e felicidade dos indivíduos estão também ligados a esse conjunto histórico.

Com base nesse percurso contextualizador, este ensaio busca, através de uma revisão bibliográfica diversificada, apontar para a maturação de uma ideia de bem-estar na sociedade, elencando uma série de visões que abordam e nomeiam maneiras de se pensar e entender a questão da QV, bem como indicar perspectivas teóricas e aspectos conceituais que contemplam e problematizam, hoje, uma visão complexa sobre ela. De maneira focada, a partir de tal revisão, volta-se para a presentificação e atualização da QV no cotidiano, apontando criticamente para como aspectos do conceito são incorporados e ressignificados na construção de um discurso contemporâneo sobre as noções de simplicidade e felicidade.

2. A qualidade de vida na diversidade das ciências e sua multidimensionalidade conceitual

² Sobre os aspectos subjetivos do bem-estar a partir de um viés das teorias sociais ver Veenhoven (2008).

³ Segundo Derbli (2010, p. 2), apesar da difícil definição para o conceito de qualidade de vida, a discussão sobre o assunto, no meio acadêmico, segue em dois polos: “[...] um vê as condições que o poder público (e a sociedade como um todo) oferece ao cidadão; o outro olha como o indivíduo percebe a satisfação de suas necessidades. No último caso, a medida poderia ser distorcida pela resignação (com posturas do tipo ‘não tenho muito e desejo pouco’) ou pela frustração (caracterizada pela atitude do tipo ‘tenho, mas desejo mais’)”.

⁴ Derbli (2010, p. 2 – 3) relembra: “Nas sociais-democracias, procurou-se definir um conjunto mínimo de indicadores sociais para estabelecer o estado de bem-estar social (*welfare state*). No modelo escandinavo, por exemplo, os indicadores se basearam em três verbos considerados básicos à vida humana: ter, ser e amar. O primeiro se refere às condições materiais suficientes para uma vida distante da miséria; o segundo refere-se à formação de laços sociais; e o último, à integração do cidadão à sociedade e à natureza e sua participação nas decisões coletivas”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta três aspectos básicos para se tomar (e construir) o conceito de QV: “[...] a subjetividade, a multidimensionalidade (inclui, pelo menos, as dimensões física, psíquica, psicológica e social) e a bipolaridade (presença de dimensões positivas e negativas)”. (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007, p. 14). Todos eles, considerando, também, que: a) a QV é mutável em relação ao tempo, local, pessoa e contexto cultural; e b) que mesmo existindo um número considerável de bens e serviços, é necessário pensar sua acessibilidade e facilidade de utilização. (SANTOS; MARTINS, 2002, p. 6).

Quanto a essa relatividade, segundo Kluthcovsky e Takayanagui (2007, p. 14), pode-se descrevê-la sob três referências. “A histórica, na qual em um determinado tempo de uma sociedade, existe um parâmetro de qualidade de vida, que pode ser diferente em outra época, da mesma sociedade”. A cultural, “[...] na qual os valores e necessidades são diferentes nos diferentes povos”. E uma econômico-social, reconhecida a partir de “[...] padrões de bem-estar estratificados entre as classes sociais, com desigualdades muito fortes, onde a ideia de qualidade de vida relaciona-se ao bem-estar das camadas superiores” – o que é controverso em muitos aspectos.

O livro *Calidad de vida: más allá de los hechos* [Qualidade de vida: muito além dos fatos], publicado em 2008 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, baseia-se em uma série de pesquisas de opinião nos países do continente americano para traçar, a partir de uma consideração sobre variáveis objetivas e subjetivas sobre a QV, um quadro analítico que permite uma leitura não apenas econômica, mas também social e psicológica sobre o bem-estar, oferecendo dados para se pensar (e compreender) políticas públicas relativas a essa questão⁵.

A proposta do relatório é realizar uma leitura sobre a QV na América Latina para além de variáveis objetivas, relacionando-as às opiniões dos cidadãos latino-americanos em relação à sua felicidade (relação com a satisfação em viver e o grau de realização pessoal a partir de seu contexto de vida). Além disso, a publicação atribui a proeminência prática e conceitual da QV a partir da década de 1970 e chama também a atenção para a multidimensionalidade⁶ do conceito, reconhecendo sua amplitude e as dificuldades de sua definição.

A divisão entre variáveis objetivas e subjetivas traçada pela investigação do BID e a valorização de ambas na visão da QV como conceito multidimensional vai ao encontro da ‘evolução’ do termo – antes fortemente ligado aos rendimentos e acessos a bens e serviços e, hoje em dia, também ligado a um ponto de vista do bem-estar como algo associado à satisfação pessoal (vista como uma experiência ‘positiva’ das pessoas), que diz de uma percepção e juízo individuais sobre a própria vida, como já apontado anteriormente.

O reconhecimento da multidimensionalidade do conceito, constituída a partir de uma consideração global sobre o termo e utilizada atualmente em diversas pesquisas e projetos, fundamenta-se em uma série de perspectivas, relativas a áreas específicas do conhecimento, de onde busca-se fundamentos que permitam ‘utilizar’ o conceito da ‘melhor’ maneira. É nesse sentido que, como apontam Gómez-Vela e Sabeih (2000), o conceito de QV tem aparecido nas pesquisas como

⁵ No que diz respeito ao uso dos indicadores subjetivos pelas instituições governamentais e para a compreensão da qualidade de vida a partir dos cidadãos, a publicação do BID chama a atenção: “[...] los numerosos indicadores de calidad de vida basados en percepciones pueden ser una fuente de confusión. Su utilidad para las políticas públicas depende de que se entienda cómo se forman las percepciones y qué factores influyen en ellas, y de que se reconozcan las incongruencias entre las percepciones y los indicadores económicos y sociales que la sociedad ha escogido como objetivos”. (LORA, 2008a, p. 8).

⁶ “En las distintas acepciones se reconoce que se trata de un concepto amplio, que abarca más que el enfoque de ‘condiciones de vida’, el cual se centra en los recursos materiales al alcance de los individuos. La calidad de vida comprende también las circunstancias en que se desarrolla la vida de las personas. Por consiguiente, se acepta que es un concepto multidimensional, no solamente porque requiere tener en cuenta diversos aspectos de la vida de las personas, sino también porque abarca aspectos externos a los individuos, y las interrelaciones entre unos y otros. Sin embargo, no hay acuerdo sobre cuáles deben ser esas dimensiones, ni cómo deben seleccionarse o ponderarse para tener una medida sintética de la calidad de vida. Aunque la inclusión de indicadores subjetivos para medir algunas de esas dimensiones o la calidad de vida en su conjunto era objeto de gran debate hasta hace algunos años, actualmente se acepta también que los indicadores subjetivos son relevantes y que el uso conjunto de indicadores objetivos y subjetivos provee una perspectiva más completa”. (LORA, 2008a, p. 9).

‘um princípio organizador’ que dirá respeito tanto a fatores relativos a enfermidades e patologias em geral quanto a níveis educacionais e econômicos, destacando-se, nesse cenário, a busca pelo equilíbrio entre os indicadores objetivos e subjetivos.

Na área da saúde, historicamente, há uma relação da QV com a expectativa de vida, o que faz com que o uso do termo esteja relacionado não apenas a avaliações e desenvolvimento de tratamentos que buscam uma melhor condição de vida para o paciente e a população (considerando aí um amplo universo etário, enfermidades, procedimentos médicos e terapêuticos – cuidados a patologias ou intervenções de saúde específicas), mas também refletem sobre os contextos nos quais esses indivíduos estão inseridos. Como ressaltam Moreno-Jiménez e Castro (2005), o conceito atual de QV se relaciona ao conceito de saúde da OMS – bem-estar físico, mental e social – que considera a consciência pessoal do indivíduo sobre sua saúde, atendendo suas exigências culturais, sistemas de valores, metas, expectativas e preocupações próprias⁷. Tal perspectiva biológica, portanto, diz “[...] da percepção que o indivíduo possui da afecção física, a capacidade que supõe ter para realizar certas tarefas, as quais, antes de se terem efectuado mudanças no seu estado de saúde, realizava sem dificuldade.” (LEAL, 2008, p. 6).

Nas ciências econômicas, a problemática de análise parte geralmente de duas linhas (que possuem elementos em comum, mas que também diferem em conceitos e fundamentos): uma voltada para o bem-estar dos indivíduos na sociedade e outra voltada para o desenvolvimento. A primeira se preocupa com as opções dos indivíduos em relação ao consumo de bens e a segunda volta-se para os processos de crescimento de uma sociedade. (DELGADO; SALCEDO, s/d). Nesse contexto, sobressaem estudos que consideram os níveis de riqueza e pobreza, avaliações sobre os índices (PIB, IDH, entre outros) de desigualdade social e como eles refletem a condição de vida de uma população⁸.

Menos ligadas a questões materiais ou biológicas (sem excluí-las, entretanto), duas outras perspectivas ganham relevo: uma psicológica e outra cultural (LEAL, 2008). A primeira, na qual se baseiam uma série de estudos, está relacionada a uma situacionalidade para a QV. Ou seja, há, para o conceito, uma variabilidade e pertinência de acordo com uma determinada época e sociedade. Na perspectiva psicológica, prioriza-se a percepção do sujeito, seu julgamento pessoal a partir de sua personalidade em relação ao contexto que o cerca, sempre de acordo com suas expectativas, anseios, objetivos e padrões comportamentais (ligados a um sistema de valores e hábitos) e de convivência. Já na segunda, a perspectiva cultural, valorizam-se questões relativas ao aprendizado e adaptação com relação aos modos de vida (familiar e social), assim como a ‘influência’ de bens culturais e de consumo na formatação de modos de ser e estar no mundo, valorizando uma busca por uma ‘vida melhor’.

Seja em pesquisas sobre QV e saúde, seja em pesquisas sobre QV urbana, sobre a relação entre QV, sustentabilidade e meio ambiente, sobre indicadores econômicos e sociais, o que sobressai é uma constante organização de dados e variáveis que solicitam um jogo entre aspectos teóricos e o ‘retorno’ destes à vida prática, em diferentes contextos.

Esta multiplicidade de componentes que integram o conceito de qualidade de vida tem, também, levado ao surgimento de estudos sobre qualidade de vida com as mais diversas desagregações espaciais e aplicados aos mais diversos temas e grupos específicos de população. Assim, em termos espaciais, encontram-se na literatura estudos sobre qualidade

⁷ A aproximação dos conceitos pode ser vista na definição do termo QV pela OMS: “Quality of life is an individual’s perception of their position in life in the context of the culture and value systems in which they live and in relation to their goals, expectations, values and concerns incorporating physical health, psychological state, level of independence, social relations, personal beliefs and their relationship to salient features of the environment quality of life refers to a subjective evaluation which is embedded in a cultural, social and environmental context.” (WHOQOL, 1995).

⁸ “Habitualmente, o desenvolvimento de uma sociedade está associado às ideias de crescimento econômico, formação de capital humano, ao desenvolvimento de recursos humanos e necessidades básicas (neste contexto, três elementos são importantes: a expectativa de vida, os sucessos educacionais e os recursos materiais). O conceito de ‘desenvolvimento humano’ introduzido em 1990 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para tentar oferecer respostas aos problemas que afetam a humanidade, se sustenta nestes elementos, mas centra sua atenção nas possibilidades humanas em desfrutar de uma vida íntegra e plena.” (DELGADO; SALCEDO, s/d, p.17).

de vida a [sic] nível urbano, regional, nacional e internacional, enquanto que no que diz respeito aos temas e grupos é possível encontrar estudos em que a qualidade de vida é analisada em relação com a habitação ou o emprego e para grupos específicos como, por exemplo, os doentes e a terceira idade. Um bom exemplo da refinação atingida nos estudos sobre qualidade de vida é dado pelo *Office of Quality-of-Life Measurement (OQOLM)* da Universidade da Virginia, USA, que analisa a qualidade de vida em relação com o marketing, o negócio, a indústria e o consumo em temas tão detalhados como, por exemplo, as relações entre qualidade de vida e o negócio internacional ou os têxteis e o vestuário (SANTOS; MARTINS, 2002, p. 6).

A contextualização conceitual da QV, portanto, torna-se decisiva para a compreensão ‘empírica’ do termo. Algo que pode ocorrer do ponto de vista das políticas públicas (pela atuação do Estado) e das Ciências (como objeto a ser estudado) ou, também, a partir da incorporação de sua definição na construção de certos discursos especializados sobre o ser e o estar no mundo. Neste último caso, a pluralidade do conceito é trabalhada a fim de se criar um sentido específico para a QV, enviesando suas variáveis organizadoras sob a lógica de campos sociais bastante demarcados e distintos. Um exemplo de tal ocorrência diz respeito às noções contemporâneas de simplicidade e felicidade, amplamente difundidas pela mídia e seus diversos produtos (publicidade, jornalismo, entretenimento).

Em práticas sociais diversas e em discursos especializados ou leigos, a materialização das ideias que compoem uma ‘vida qualificada’ traz à tona a natureza complexa que envolve o conceito de QV. E o contexto dos meios de comunicação, bem como o do capitalismo e do consumo são propícios para se pensar criticamente esta dimensão presentificada e discursiva.

3. A qualidade de vida entre a definição e a presença cotidiana: uma leitura crítica

Para além da marcação histórica da QV a partir da formulação do conceito, o surgimento de discursos especializados a partir do final do século XIX e início do século XX, materializados em outros ‘lugares-de-fala’ institucionais que não os do Estado e da Ciência, principalmente o midiático, inaugura uma nova demanda de ‘interpretações’ do mundo (e para o mundo). Na chamada ‘crise da modernidade’ ou no dito período da ‘alta modernidade’/ ‘modernidade tardia’, outros espaços discursivos passam a atuar no cotidiano organizando a experiência individual e coletiva, buscando não apenas interpretá-la, mas torná-la inteligível e mais estável. Como fala Giddens (2002, p. 12):

[...] na alta modernidade a influência de eventos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades do eu, se torna cada vez mais comum. A mídia impressa e eletrônica obviamente desempenha um papel central. A experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde a primeira experiência da escrita, tem influenciado tanto a auto-identidade quanto a organização das relações sociais.

Este movimento diz de um fenômeno que se promove na confluência de campos distintos dentro da sociedade e na qual mídia e várias temáticas se entrecruzam, formando novos elementos na realidade, tornando-a mais densa. Há uma modificação do real a partir de uma leitura do mesmo, passando não só a construí-lo, mas também a constituí-lo. Saberes especializados formulados pelas ciências são tensionados ao universo da vida cotidiana, e trabalhados no sentido de uma construção simbólica sobre formas e maneiras orientadoras do ser e estar no cenário social.

Nesse contexto, o tema da QV vê-se tensionado e alguns de seus elementos assumem relevância. Sua presença em discursos institucionalizados, com destaque para aqueles formulados pelos meios de comunicação, permite observar tanto um diálogo entre o conhecimentos e as práticas acumuladas historicamente sobre ‘a’ QV quanto um direcionamento discursivo acerca de pontos de vista para se pensar ‘uma’ QV. Aspectos constituintes da QV como conceito e fator social, tais como sua dimensão objetiva e subjetiva, material e imaterial, individual e coletiva, aparecem

retrabalhados e são ressignificados a partir de lógicas que dizem respeito a um campo social específico, o *campo dos media* (RODRIGUES, 1997)⁹.

Nos dias de hoje, a aproximação entre o ‘viver com qualidade’ e suas explicações teóricas, quando vistas no universo midiático – grande *locus* de manifestações orientadoras do ser e estar ‘bem’ no mundo contemporâneo – encontram-se presentes de maneira bipolar. De um lado, há uma avalanche de mensagens e produtos em exibição e oferta, voltados para o consumo desenfreado e para a valorização de padrões e estilos de vida condizentes com o acúmulo de bens de alto valor, incidindo, pois, na formatação de um tipo de comportamento que destoa do ‘equilíbrio social’ (seja no âmbito ecológico, seja no âmbito de classes). Do outro lado, encontram-se os discursos, dentro da mesma mídia, mas em outros locais, que ‘pregam’ e/ou valorizam o ‘consumo consciente’, a consciência ecológica, a solidariedade, a simplicidade. E, mesmo que no choque entre um e outro se observe uma série de contradições – principalmente naquilo o que o segundo, *a priori*, negaria do primeiro – duas questões aí fazem-se relevantes: a) a pluralidade na construção de sentidos pela mídia em torno de uma só questão e b) a maneira como tais sentidos ‘refletem’ e ‘retornam’ ao cotidiano.

Se focar novamente a sociedade estadunidense, palco das primeiras formulações teóricas sobre a QV, é fato que tal divisão bipolar não se encontra equilibrada. Há sim um desnível entre o estilo do *american dream* e este estilo outro, que ‘convoca’ uma mudança. Em seu livro *La vida simple* [A vida simples], Fresneda (1998), chamava a atenção para uma pesquisa do *Trends Research Institute* de Rhinebeck (Nova Iorque), que projetava para 2005 a expectativa de que ao menos 15% da população dos países industrializados ‘abraçariam a causa’ de uma *vida simples*. Segundo o Instituto, a ideia de que é possível melhorar a QV consumindo menos e buscando a felicidade com moderação e autodisciplina tornar-se-ia uma espécie de ‘credo’. E, como explicava o autor, no final da década de 1990, a projeção era de que a nova medida do ‘sucesso’ não seria “[...] la prosperidad material sino el desarrollo personal, la salud, las relaciones afectivas y el compromiso con la sociedad” (FRESNEDA, 1998, p. 20).

É verdade, como lembra Fresneda (1998), que as *encuestas* [pesquisas de opinião], mesmo lidas de maneira otimista, deixam clara a diferença entre um e outro estilo de vida, apontando o estilo ‘alternativo’ ainda muito mais no âmbito da tendência do que como vetor de uma mudança radical. Há, em seus resultados, no entanto, o reconhecimento ou mapeamento de uma paulatina formação de novos grupos sociais, que, aos poucos, contribuem para a complexidade social a partir de novos interesses relacionados à QV, assim como ajudam a potencializar algumas políticas públicas voltadas para o bem viver.

A formação de tais grupos, aponta o autor, pode ser atribuída, historicamente, a três fatores que determinam o ‘ser alternativo’. O primeiro deles, como já diz o ‘estereótipo’, relaciona-se ao comportamento daqueles que não comungam com o sistema, por opção. O segundo, diz de uma escolha que se relaciona às pessoas que alcançaram o máximo do êxito profissional e social (segundo os padrões da sociedade ocidental industrializada) e decidiram, ‘por conta própria’, ‘reduzir a marcha’ (os chamados *downshifters*). E, por fim, o terceiro corresponde ao comportamento daqueles que, ‘pelo desemprego ou precariedade do trabalho’ ‘descobriram, surpresos, que se pode viver com menos’ (FRESNEDA, 1998).

Apesar de ter como eixo central a questão do consumo, questionando a partir daí certos interesses, na sociedade, de instituições (públicas e privadas) na manutenção de formas de intervenção e controle na economia, no meio ambiente e outros, ao definir a QV pela ótica de uma ‘vida mais simples’, Fresneda (1998) aproxima-nos da relação QV e simplicidade.

⁹ A expressão *campo dos media* desenvolvida por Rodrigues (1997) refere-se à presença e atuação dos meios de comunicação de massa na sociedade a partir de um processo histórico específico. Partindo do princípio de fragmentação social inerente à modernidade, a formulação da ideia de *campo dos media* dá-se sob uma perspectiva de autonomização dos outros campos sociais, na qual estes delegariam à mídia um papel de mediação crucial, atribuindo a ela a função legítima de se expressar por eles e/ou suas instituições. “A natureza vicária do *campo dos media* tem a ver com a delegação por parte dos outros campos de uma parte das suas funções expressivas, daquelas que dizem respeito à inscrição da sua ordem no espaço público, da componente exotérica das respectivas funções expressivas” (RODRIGUES, 1997, p. 156).

Elgin (1993, p. 21) enfatiza que “[...] no âmago da vida simples encontra-se a ênfase no viver harmonioso e baseado num propósito”. A ideia, para o autor, está relacionada ao conceito de ‘simplicidade voluntária’, que permeia toda a reflexão e que, em linhas gerais, qualifica um modo de vida da seguinte forma:

[...] podemos descrever a *simplicidade voluntária* como uma maneira de viver que é exteriormente mais simples e interiormente mais rica, um modo de ser no qual nosso eu mais autêntico e vital é posto em contato direto e consciente com a vida. [...] O objetivo não é viver com menos de uma maneira dogmática, porém a intenção mais exigente de viver com equilíbrio, para encontrar uma vida que tenha mais sentido, realização e satisfação (ELGIN, 1993, p. 22–23, grifos do autor).

Por um lado, uma vida de simplicidade criativa poupa energia, permitindo que esta seja direcionada para o trabalho interior da descoberta espiritual e para a dedicação a um serviço – tarefa às quais, segundo afirmam as tradições de sabedoria do mundo, deveríamos dar prioridade acima de tudo. Por outro lado, um modo de vida mais simples também responde à urgente necessidade de moderar o uso de recursos planetários não renováveis e minimizar o impacto prejudicial da poluição ambiental. Ao atuar em conjunto, esses impulsos e atrações acabam por criar uma dinâmica imensamente poderosa, que poderá transformar nossa maneira de viver e trabalhar, de nos relacionar e pensar (ELGIN, 1993 p. 37).

Sem entrar nos méritos da qualificação de simplicidade articulada por Elgin (1993), ao confrontar as palavras do autor com a gama de conceituações sobre a QV, evidencia-se um choque interessante entre saberes e sua presença cotidiana. E, nesse contexto, além da simplicidade, a noção de felicidade também ganha destaque.

Na atualização dos índices de medição da QV, a felicidade encontra-se no centro de discussões sobre a necessidade de propostas holísticas e mais complexas para a organização do conceito e de sua ‘materialização’ na sociedade. Cavalieri (2010) aponta, por exemplo, para a preferência hoje pelo uso do Índice de Valores Humanos (IVH), de responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda segundo o autor, o IVH avança em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abordando também a felicidade das pessoas como fator de bem-estar.

Com foco nas áreas da educação, saúde e trabalho, o IVH reflete as expectativas, sonhos, percepções e aspirações da sociedade, funcionando como bússola eficaz na definição e implementação de políticas públicas. [...] É um avanço em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que contempla apenas três dimensões – educação, renda e longevidade – e, assim como o PIB, se fundamenta em dados objetivos e matemáticos, que nem sempre mostram a percepção das comunidades pesquisadas (CAVALIERI, 2010, p. 11).

Além do IVH, outros índices já vêm sendo utilizados nessa perspectiva. Podem-se destacar, entre eles: o Felicidade Interna Bruta (FIB) - que se propõe a medir a ‘felicidade interna bruta’ de uma nação -, criado na França, e o Índice do Planeta Feliz (IPF), criado na Inglaterra e que visa medir o grau de satisfação das pessoas, de bem-estar, expectativa de vida e os impactos causados pela sociedade à natureza (CAVALIERI, 2010). Mas, para além desses parâmetros que esbarram em propósitos objetivos, marcados pela busca de classificações e medições, a felicidade, quando problematizada, leva a outras questões que permeiam a presença e o sentido da QV na sociedade.

Lipovetsky (2007), em seu livro *A felicidade paradoxal*, afirma que na sociedade atual, nomeada por ele de ‘sociedade do hiperconsumo’, a busca por uma vida mais simples e mais feliz não foge à lógica do consumo. Pelo contrário. Como diz o autor, é fato, que:

[...] o hiperconsumidor não está mais apenas ávido de bem-estar material, ele aparece como um solicitante exponencial de conforto psíquico, de harmonia interior e de desabrochamento subjetivo, demonstrados pelo florescimento das técnicas derivadas do desenvolvimento pessoal bem como pelo sucesso das sabedorias orientais, das novas espiritualidades, dos guias da felicidade e da sabedoria. O materialismo da primeira sociedade de consumo passou de moda [...] (LIPOVETSKY, 2007, p. 15).

No entanto, como afirma o autor, a própria busca pela felicidade interior torna-se parte de um novo segmento comercial, gerando um mercado (discursivo e de bens) e uma nova postura consumista. Nesse sentido, a ‘tese’ de Lipovetsky é de que a ‘nova busca pela felicidade’ baseia-se em uma ‘hiperindividualização do consumo’ que, paradoxalmente, ao oferecer o ‘ser feliz’, implica neste uma série de temores e inseguranças. Do ponto conceitual sobre a QV, seria como afirmar que a felicidade, ‘deturpada’ pela inserção enviesada na vida social e estrategicamente incorporada por diversos campos sociais, perde sua dimensão ‘libertadora’ ou ‘positiva’, atingindo, inclusive, uma dimensão acrítica ou agonística.

Nesse sentido, ver criticamente noções como a de simplicidade e de a felicidade e situar seu enredamento em discursos, práticas sociais e midiáticas, implica em não só reconhecer certos dados objetivos e subjetivos, mas problematizar sobre o imbricamento de outras questões que os envolvem e que se materializam no dia-a-dia. A QV, pois, quando incorporada pelo universo do consumo e discursivizada a partir de certas orientações do mundo capitalista, coloca em questão não apenas contradições a respeito de uma simplicidade e/ou felicidade, mas também um enviesamento velado a respeito dos significados destas.

Assim, se era dito no início deste texto sobre um duplo reconhecimento acerca do conceito de QV, encerra-se a reflexão propondo um outro movimento, mais uma vez duplamente caracterizado, que funciona, aqui, como síntese. Abordar a QV, pois, a) implica em refletir sobre sua conceitualização e contextualização e, além de reconhecer sua multidimensionalidade, b) implica em buscar aquilo que a dimensiona como um fenômeno e que, nesse viés, se manifesta na apreensão e consideração crítica sobre sua complexidade empírica.

Referências

CAVALIERI, S. ‘E a felicidade?’. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 ago. 2010. Primeiro Caderno, p. 11.

CHACÓN, R. M. La dimensión cualitativa em la definición de indicadores de calidad de vida urbana. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE CALIDAD DE VIDA URBANA, 4., 1998, Tandil. **Anais...** Tandil (Argentina), 8-11 set. 1998.

COIMBRA, J. de Á. A. Considerações sobre o conceito de qualidade de vida. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, n. 4, p. 261–276, 1972.

DELGADO, P.; SALCEDO, T. **Aspectos conceptuales sobre los indicadores de calidad de vida**. Artigo (Mimeografado). s/d. 31 f. Disponível em: <http://www.webpondo.org/files_oct_dic_03/AspectosConceptuales.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2010.

DERBLI, M. Qualidade de vida na medida (in)certa. *Revista ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Dossiê ‘Qualidade de Vida’. n. 119, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=57&id=721>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

ELGIN, D. **Simplicidade Voluntária**. São Paulo: Cultrix, 1993.

FRESNEDA, C. **La vida simple**: de los excesos de la sociedad de consumo a la busca de nuevos estilos de vida. Madrid: Editorial Planeta, 1998.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GÓMEZ-VELA, M.; SABEH, E. N. Calidad de vida. Evolución del concepto y su influencia en la investigación y la práctica. **Integra**. v. 9, n. 3, p. 5–13, 2000.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de Vida – Aspectos Conceituais. **Revista Salus**, Guarapuava-PR. v. 1, n. 1, p. 13–15, jan./jun. 2007.

LEAL, C. M. da S. **Reavaliar o conceito de qualidade de vida**. 2008. 23 f. (Projeto de Pesquisa). Universidade dos Açores, 2008.

LIPOVETSKY, G.. **Felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LORA, E. Calidad de vida desde otro ángulo. In: LORA, E. (coord.) **Calidad de vida**: más allá de los hechos. Banco Interamericano de Desarrollo: Fondo de Cultura Económica, 2008. p. 3 – 13.

MORENO-JIMÉNEZ, B.; CASTRO, E. K. Calidad de vida relacionada con salud infantil y el transplante de órganos: una revisión de literatura. **Revista Colombiana de Psicología**, n. 14, p. 46–52, 2005.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa: Presença, 1997.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A Qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. Porto. FEP. Universidade do Porto. **Working Papers**. n. 16, 38 p., mai. 2002.

VEENHOVEN, R. Sociological theories of subjective well-being. In: EID, M.; LARSEN, R. (Eds.) **The Science of Subjective Well-being**: A tribute to Ed Diener. New York: Guilford Publications, 2008. p. 44-61.

WHOQOL Group. **The World Health Organization Quality of Life Assessment**: position paper from the World Health Organization, 1995.